FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ - FAACZ
CURSO DE DIREITO

THAMARA DE SOUZA ARAÚJO

**A IMPARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS PROCESSOS EM QUE
ATUA COMO PARTE**

ARACRUZ

2019

THAMARA DE SOUZA ARAÚJO

**A IMPARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS PROCESSOS EM QUE
ATUA COMO PARTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
no Curso de Direito das Faculdades
Integradas de Aracruz como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Diego Crevelin de Sousa

ARACRUZ

2019

THAMARA DE SOUZA ARAÚJO

**A IMPARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NOS PROCESSOS EM QUE
ATUA COMO PARTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Direito das Faculdades Integradas de Aracruz como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovada em, ____/____/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Diego Crevelin de Sousa
Faculdades Integradas de Aracruz
Orientador

Prof. Me. Flavia Spinassé Frigini
Faculdades Integradas de Aracruz

Prof. Esp. Dolivar Gonçalves Junior
Faculdades Integradas de Aracruz

RESUMO

O tema da imparcialidade é bastante abordado no que diz respeito a atuação do juiz no processo, contudo é importante ressaltar que a imparcialidade não recaia apenas sobre a atuação da atividade judicante, porquanto também é questão de extrema relevância quanto a atuação do Ministério Público.

Para compreender a questão da imparcialidade se discorrerá sobre a imparcialidade subjetiva, a imparcialidade objetiva e a imparcialidade cognitiva. Destaca-se que, no aspecto jurídico, é preciso realizar uma abordagem sob o aspecto objetivo daquilo que venha a ser a imparcialidade, analisando, para tanto, as funções ministeriais e as formas pelas quais o direito impõe mecanismos para vedação da que quebra da imparcialidade do membro do Ministério Público, ainda que esteja atuando como parte na relação processual.

Palavras Chave: Imparcialidade; Ministério Público; Objetiva.

ABSTRACT

The issue of impartiality is quite addressed with regard to the performance of the judge in the process, however it is important to emphasize that impartiality does not fall solely on the performance of the judging activity, as it is also a matter of extreme relevance regarding the performance of the prosecutor. In order to understand the issue of impartiality, we will discuss subjective impartiality, objective impartiality and cognitive impartiality. It is noteworthy that, in the legal aspect, it is necessary to take an approach under the objective aspect of what will be impartiality, analyzing, to this end, the ministerial functions and the ways in which the law imposes mechanisms to prevent the breach of impartiality. prosecutor, even though he is acting as part of the procedural relationship.

Keywords: Impartiality; Public ministry; Objective.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 DO MINISTÉRIO PÚBLICO	9
1.1 ORIGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL	9
1.1.1 Da autonomia e independência do Ministério Público	11
1.2 PRINCÍPIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	12
1.2.1 Princípio da Unidade	13
1.2.2 Indivisibilidade	14
1.2.3 Independência Funcional	15
1.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL	17
1.3.1 A atuação do Ministério Público no Processo Penal	17
1.3.2 Ações penais públicas: incondicionadas e condicionadas à representação	17
1.3.3 Ação penal privada	20
1.4 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	23
1.5 HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	24
2 A IMPARCIALIDADE	27
2.1 IMPARCIALIDADE SUBJETIVA	27
2.2 IMPARCIALIDADE OBJETIVA	29
3 DISCUSSÃO DOUTRINÁRIA ACERCA DA IMPARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Imparcialidade é qualidade de uma pessoa ou uma Instituição que não atua de forma parcial, objetivando uma atuação reta, justa e equitativa. Porém a compreensão do que é uma atuação real e efetivamente imparcial é muito mais complexa, em especial no ambiente jurídico.

Quando se traz à luz a discussão acerca da imparcialidade do Ministério Público, descobre-se que este é um tema que gera uma controvérsia entre os doutrinadores e juristas, visto que, parte deles têm a imparcialidade como um princípio do Ministério Público enquanto a outra parcela não a considera um dos princípios que regem a atuação do Ministério Público, considerando ainda que esta seria uma Instituição ontologicamente parcial visto que, dentro dos procedimentos, sejam na esfera penal ou cível, defende determinados interesses, tendo o ônus da prova, o que inviabilizaria totalmente uma eventual atuação imparcial.

O objetivo geral deste trabalho será, a partir da análise da origem do Ministério Público, dos princípios pelos quais é regido e as funções que lhe foram constitucionalmente atribuídas, compreender sua atuação e seu posicionamento dentro dos processos, em especial aqueles em que atua como parte. Tomando-se como objetivo específico compreender que, no âmbito jurídico, a imparcialidade objetiva é aquela que assume especial relevância para que se garanta uma atuação imparcial do Ministério Público.

As implicações psicológicas da imparcialidade não serão ignoradas, contudo, não serão objeto da presente pesquisa. O que se pretende aqui é observar o direito positivo e a forma como ele exige do Ministério Público a imparcialidade através das hipóteses legais de impedimento e suspeição do membro do Ministério Público e a compreensão da ação penal não como um mero processo acusatório, mas como uma garantia do réu de que possa exercer seu direito à ampla defesa, tendo assegurado ainda o exercício do contraditório.

No campo doutrinário, como um dos defensores da atuação imparcial do Ministério Público podemos citar o autor Eugênio Pacelli, que argumenta embora seja mais comum a visão de que o Ministério Público é em essência órgão de acusação e, por

isso, teve atuar nos processos penais orientado por tal finalidade, não se pode tomar tal máxima como verdade absoluta, pois nem mesmo a busca mais intensa pela “verdade” e verossimilhança justifica a perda de imparcialidade de um órgão público associado à persecução penal.

Em mesmo sentido é ainda a argumentação de alguns outros juristas que afirmam que ainda que a partir de uma interpretação do Art. 129, inc. II da CF que confere ao Ministério Público o dever de zelar pelo respeito aos Poderes Públicos e dos serviços públicos que são relevantes aos direitos constitucionalmente tutelados, possa se imaginar a figura do Ministério Público como sendo um tipo de “Justiceiro”, porém a função de “defensor do povo” ou de “provedor de justiça” não é compatível com estruturas burocráticas, nem com investiduras vitalícias, porque deve ser desempenhada por órgão de confiança da representação popular com investidura a tempo certo, o que não se revela como sendo o caso do Ministério Público, considerando que possui atribuições cumulativas que não se anulam entre si.

1 DO MINISTERIO PÚBLICO

1.1 ORIGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

No período do Brasil-Colônia e do Brasil-Império as instituições jurídico-políticas foram importadas do Direito Português, não se tendo uma figura delineada da instituição Ministério Público, o que se tinha eram alguns integrantes do Poder Executivo cumprindo funções que seriam típicas do Ministério Público, isto porque, à época, o Brasil contava com uma administração essencialmente centralizadora, ou seja, todo o poder e funções estatais se concentravam nas mãos do governante.

Anos mais tarde, após a declaração da Independência do Brasil, que se deu em 07 de setembro de 1822, passaram a ser editadas novas leis que constituíam o ordenamento jurídico brasileiro, contudo, só houve a sistematização legal do Ministério Público dez anos mais tarde, com a promulgação do Código de Processo Criminal no ano de 1932. O novo código apresentava a figura do Ministério Público como um órgão essencialmente acusador.

Sobre a forma de ingresso ao Ministério Público, segundo Marcelo Pedroso Goulart¹ “o promotor de justiça era nomeado pela Corte ou pelos presidentes de província entre as pessoas que reunissem os requisitos exigidos para jurados”, por esta razão, o Promotor assumia uma posição de “extensão” dos poderes do Governante, logo, não era uma instituição dotada de autonomia.

Após a Proclamação da República (15 de novembro de 1889) o Ministério Público passou a assumir papel de instituição integrante do Estado Brasileiro e essencial à democracia, recebendo especial atenção na Constituição Federal de 1988, conforme preleciona Eugênio Pacelli²:

No Brasil, a instituição de um modelo essencialmente acusatório some veio a lume com a Constituição da República de 1988, com uma completa redefinição do papel do Ministério Público na ordem jurídica, contemplado, além da titularidade privativa da ação penal pública, com inúmeras e

¹ GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público**. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p.74.

²

relevantes funções na defesa jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (arts. 127 e 129, CF).

Para o exercício de tais funções o constituinte não poderia agir de outra maneira: instituiu um organismo construído sob os princípios (institucionais, pois) da independência funcional, da unidade e da indivisibilidade, reservando aos seus membros, para o desenvolvimento de suas tarefas, importante prerrogativas junto aos Poderes Públicos e mesmo aos particulares.

No texto da Constituição Federal de 1988 trata a respeito do Ministério Público no Capítulo IV que dispõe sobre as funções essenciais à Justiça, dispondo sobre sua legitimidade, princípios, funções, estrutura, etc. do art. 127 ao art. 130-A. O artigo 127 da CF/88 assim definiu o Ministério Público:

Art. 127 O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (Brasil, 1988).

Lecionando sobre o Ministério Público na Constituição Federal de 1988, Marcelo Pedroso Goulart, afirma que a através da CF/88 o Ministério Público tornou-se habilitado a representar interesses sociais e os valores democráticos, ou seja, “consolidou o novo perfil político-institucional do Ministério Público”³, pois a partir de então passaria a atuar na defesa do regime democrático, zelando pela ordem jurídica e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis.

No artigo 129 da Constituição Federal se encontram elencadas as funções que o Ministério Público está apto a desempenhar no modelo Constitucional vigente, vejamos pois quais são as funções previstas no rol de suas funções institucionais:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

³ GOULART, 2013, p. 78.

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

[...] (Brasil, 1988).

1.1.1 Da autonomia e independência do Ministério Público

Uma importante característica conferida ao Ministério Público através da nova ordem constitucional foi a sua independência e autonomia, neste sentido é a lição de Goulart⁴:

A colocação topográfica do Ministério Público em capítulo distinto daqueles destinados ao poderes do Estado (seção I, do capítulo IV, que tem como rubrica “Das funções essenciais à Justiça”) indica disposição do constituinte em trata-lo como instituição autônoma e independente, desvinculada do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Essa autonomia não se restringe ao aspecto topográfico.

Conforme visto, inicialmente o Ministério Público que figurava como uma mera extensão do poderes dos Governantes, sendo composto por membros por eles indicados, passa a atuar como instituição autônoma e independente, mudança que refletiu diretamente na forma como seus membros passaram a ingressar na

⁴ GOULART, 2013, p. 129.

Instituição, tendo a CF/88 previsto em seu art. 129, § 3º que o ingresso nas carreiras iniciais do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, sendo exigido do candidato o título de bacharel em direito e uma experiência jurídica mínima de 03 (três) anos.

Insta frisar que, há funções dentro a Instituição do Ministério Público são ocupadas através de nomeações, a saber, a função de Procurador-Geral da República, que é nomeado pelo Presidente da República (após prévia aprovação do Senado Federal), contudo, visando resguardar a autonomia e independência do Ministério, a fim de dirimir as possibilidades da existência de eventuais jogos políticos e de interesses escusos, há regras para que estas nomeações sejam feitas, como por exemplo, (i) a exigência que o só sejam indicados para a função de Procurador-Geral indivíduos que já integrem a carreira do Ministério Público, ou seja, que obtiveram aprovação a partir do concurso público de provas e títulos previsto no art. 129, §3º da CF/88 e (ii) a fixação do período determinado de 02 (dois) anos para que o Membro do Ministério Público ocupe a função de Procurador-Geral, tais exigências, na lição de Marcelo Pedro Goulart⁵, implicam dizer que sendo entregue o cargo a uma pessoa que já detém o conhecimento técnico das funcionalidades da instituição poderá ser garantia de uma condução mais adequada das questões institucionais e, quanto a duração do mandato, esta servirá para conferir imunidade ao membro do Ministério Público quanto pressões externas.

Esta autonomia e independência do Ministério Público, aliadas a sua função Constitucional de defensor da ordem jurídica, faz surgir uma interessante discussão sobre a exigência ou não de imparcialidade do Ministério Público no processos em que atua como parte, discussão esta que será melhor explorada nos capítulos seguintes do presente trabalho.

1.2 PRINCÍPIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público conta com 03 (três) princípios conformadores, a saber: o Princípio da Unidade, da Indivisibilidade e da Autonomia Funcional. Princípios conformadores,

⁵ GOULART, 2013, p. 130.

na lição de J.J Gomes Canotilho⁶, são princípios que condensam a concepção de mundo e os valores do projeto de sociedade consagrados no processo constituinte, definindo a forma de organização da sociedade e das instituições estatais.

1.2.1 Princípio da Unidade

Fala-se em Princípio da Unidade pois, a divisão do Ministério Público é apenas institucional não comportando uma divisão funcional, assim é equivocada a ideia de que existem diversos Ministérios Públicos, pois o que existem, em verdade, são atribuições diferentes conferidas a um mesmo órgão, por esta razão temos o Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Eleitoral, etc.

Sobre o princípio da Unidade, preleciona Goulart que este pode ser melhor compreendido não apenas como uma unidade estrutural, mas sob a concepção de uma unidade de objetivos e finalidades.

A visão meramente estrutural desse princípio, se foi pertinente em determinado momento da evolução histórica da Instituição, hoje se mostra insuficiente. No contexto da nova ordem constitucional, o princípio da unidade ganhou conotação política e, indo além dos aspectos estruturais, que continuam a integrar seu conteúdo, passou a informar e orientar a atuação político-institucional do Ministério Público. Isso significa que a Instituição, pelo conjunto de seus membros – de seus órgãos de execução e de Administração Superior – deve estar voltada à consecução do seu objetivo estratégico: a promoção do projeto de democracia participativa, econômica e social delineado na Constituição (a construção da sociedade livre, justa e solidária, na qual o desenvolvimento socioeconômico deve estar voltado, necessariamente, à erradicação da pobreza e da marginalização, à redução das desigualdades sociais e regionais e à promoção do bem comum).⁷

Insta frisar que a unidade funcional do Ministério Público não se confunde com a unidade orgânica, pois não existe Unidade funcional entre Ministérios Públicos de Estados diferentes e os da União, em razão da forma federativa adotada pelo Brasil reflete-se na distribuição de competências do Poder Público, assim, para que melhor

⁶ CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 1083-1093.

⁷ GOULART, 2013, p. 131.

exerça suas funções o Ministério Público se apresente dividido em Órgãos que detêm autonomia financeira e administrativa.

Ainda leccionando acerca do Princípio da Unidade, Marcelo Pedroso Goulart destaca que a Unidade e o objetivo estratégico do Ministério Público transitam em uma “via de mão dupla”, pois, “no plano abstrato, o objetivo define a unidade institucional. No plano concreto, é a unidade institucional que garante a efetivação do objetivo”⁸.

Ainda lecionando sobre o Princípio da Unidade Institucional Marcelo Pedroso Goulart argumenta que a construção democrática da unidade institucional se dá a partir de 03 (três) etapas: (i) a elaboração de um Plano Geral de Atuação, coordenada pela Procuradoria-Geral de Justiça; (ii) a elaboração dos Programas de Atuação Local das Promotorias de Justiça, a partir do Plano Geral; (iii) a elaboração dos Programas de Atuação Integrada com efetiva participação dos órgãos de execução. Pois, a partir da definição estratégica da atuação do Ministério Público, seus membros terão uma referência máxima da qual deverão se valer como base de suas condutas, devendo a Procuradoria-Geral de Justiça velar pelo cumprimento das metas estabelecidas nos referidos Planos.

1.2.2 Indivisibilidade

O Princípio da Indivisibilidade é derivado do Princípio da Unidade, contudo não há confusão entre eles. Por integrar uma instituição única, os membros do Ministério Público podem ser substituídos, um pelo outro, no mesmo procedimento ou processo, sem prejuízo para o exercício das funções institucionais⁹.

Tal princípio se justifica pois, quem atua nos processos é a Instituição Ministério Público e não o seu membro, que é apenas um agente institucional que o representa nos procedimentos e processos, assim os membros do Ministério Público poderão ser “trocados” no curso do procedimento no qual estejam atuando sem que haja qualquer

⁸ GOULART, 2013, p. 132.

⁹ Ibid., p. 134.

prejuízo a marcha processual, porquanto os atos praticados por cada um de seus membros representa o a Instituição como um todo.

1.2.3 Independência Funcional

Acerca do Princípio da Independência Funcional, Marcelo Pedroso Goulart leciona:

“Esse princípio tem por objetivo garantir ao membro do Ministério Público o exercício independente de suas atribuições funcionais, tornando-o imune às pressões externas (dos agentes dos poderes do Estado e dos agentes do poder econômico e internas (dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público). Por força desse princípio, pode-se afirmar que, no âmbito da Instituição, não existe hierarquia funcional.”¹⁰

Ainda segundo o referido autor, o verdadeiro sentido do princípio institucional em comento só poderá ser melhor compreendido a partir da relação estabelecida entre a independência funcional e o objetivo da Instituição Ministério Público, pois, a independência funcional seria em verdade uma garantia da sociedade, visto que, estando o membro do Ministério Público livre de pressões internas e externas poderá atuar com maior segurança no exercício da defesa dos interesses sociais. Contudo, enfatiza o autor que, tal independência não confere liberdade ao membro da Instituição para que atue a partir de convencimentos, posicionamentos e opiniões pessoais, do contrário, deverá atuar de acordo com o objetivo estratégico do Ministério Público, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal. Neste sentido, aduz Hugo Nigro Mazzilli¹¹:

Assim, apesar da independência funcional e das autonomias da instituição, ou até precisamente por causa delas, podem os membros do Ministério Público ser responsabilizados pelo exercício irregular da função: respondem por erros ou abusos que cometam, não só sob o aspecto disciplinar, como também no campo político (crimes de responsabilidade).

¹⁰ GOULART, 2013, p. 132.

¹¹ Disponível em <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/princinst.pdf>. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, n. 731 jan./2013 – abr/2013, p. 9, com atualizações feitas em ago. 2013.

Assim sendo, não poderá o Membro do Ministério Público invocar esse princípio em sua defesa nos casos em que deixar de observar as metas, prioridades e ações estabelecidas nos Planos e Programas de Atuação da Instituição.

Ademais, embora o Ministério Público tenha como um de seus princípios institucionais a autonomia funcional, isto não significará dizer que este imune a qualquer sistema de controle e fiscalização, razão pela qual está sujeito a atos de controle externo que “visam compatibilizar a atuação dessas instituições à estratégia da República brasileira, evitar arbítrio e desvios corporativistas”.¹²

Os atos de controle externo ao Ministério Público poderão ser exercidos pelos 03 (três) poderes o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Como um dos atos de controle externo da atuação Ministério Público pelo Poder Executivo podemos citar o procedimento de nomeação do Procurador-Geral de República que é cargo ocupado através da indicação do Presidente da República – ressaltando a necessidade de que a pessoa indicada obrigatoriamente integre o conjunto de membros da Instituição, tendo ingressado na mesma através de sua aprovação em um concurso público de provas e títulos – em seguida o ato também contará com o controle do Poder Legislativo, uma vez que, o nome indicado pelo Presidente da República ficará sujeito à aprovação, por maioria absoluta, dos membros do Senado Federal. Da mesma forma será o procedimento para sua destituição do cargo que deverá contar com prévia iniciativa do Presidente da República e aprovação da maioria absoluta dos integrantes do Senado Federal.

Outro ato de controle externo realizado pelo Poder Legislativo é o de fiscalização contábil, financeira e orçamentária e patrimonial do Ministério Público, monitorando seus atos administrativos e a destinação e aplicação de seus recursos financeiros, tudo com o auxílio técnico do Tribunal de Contas.

O Poder Judiciário por sua vez atuará nos atos de controle externo nos casos que se refiram a hipóteses de perda do cargo do membro vitalício do Ministério Público, visto que tais hipóteses se concretizam apenas após decisão judicial transitada em julgado. Poderão ser submetidos ao controle judicial ainda os atos administrativos do Ministério

¹² GOULART, 2013, p. 136.

Público, nos casos em que houverem quaisquer tipos de abusos e inadequações constitucionais e legais.

1.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL

1.3.1 A atuação do Ministério Público no Processo Penal

No processo penal o Ministério Público atuará como autor na ação penal pública, que se subdividirá em duas espécies (i) ação penal pública incondicionada e (ii) ação penal pública condicionada ou, ainda, como interveniente na (iii) ação penal privada.

Em regra, a ação será iniciada através do oferecimento de “denúncia”, instrumento processual típico da ação penal e de uso exclusivo do Ministério Público, em ações penais públicas, conforme disposição do art. 129, inc. I da Constituição Federal ou ainda através de queixa do ofendido, nos casos de ação penal privada¹³.

1.3.2 Ações penais públicas: incondicionadas e condicionadas à representação

Segundo a previsão legal contida no art. 129, inc. I da Constituição Federal o Ministério Público detém de forma exclusiva a legitimidade para propor a ação penal pública, seja ela condicionada ou incondicionada, razão pela qual, nas referidas ações, atuará sempre na qualidade de autor.

Lecionando sobre a denúncia na ações penais públicas, Lopes Junior, ensina que esta deverá conter, conforme a exigência contida no art. 41 do Código de Processo Penal, a exposição detalhada do prática delituosa, em tese levada a efeito pelo denunciado, bem como a descrição e os esclarecimentos acerca de toda e qualquer situação que configure hipótese de eventual aumento ou diminuição de pena, em caso de uma possível condenação; a qualificação completa do denunciado, a fim de que este possa ser devidamente identificado; a tipificação legal da conduta cuja prática é atribuída ao autor e; quando necessário, o rol de testemunhas.

¹³ LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal** – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017, p.204.

Todas essas exigências se justificam para que o denunciado tenha plena condições de exercer seu direito de defesa constitucionalmente garantido, restando inadmissível a propositura de uma ação penal pública através de uma denúncia genérica que não individualize a conduta do réu e/ou dos seus corréus. Será considerada inepta a denúncia que não atenda a tais requisitos, devendo ser rejeitada pelo juízo criminal, nos termos do art. 395, também do Código de Processo Penal.

Nos casos de ação penal incondicionada, a primeira das duas espécies de ações penais públicas, Eugênio Pacelli¹⁴ leciona que a regra é que o Ministério Público estará obrigado a promover a ação penal, sendo esta obrigação resultado do dever estatal da persecução penal, assim, diante de um fato que, segundo o juízo da Instituição, configure ilícito penal, deverá o *parquet* promovê-la, não cabendo a este fazer juízo de discricionariedade, ou seja, o representante do Ministério Público não terá a liberdade de escolher a situações na qual promoverá a ação penal ou deixará de promovê-la, em razão do chamado princípio da obrigatoriedade, que, segundo a lição de Fernando Capez¹⁵, impõe que o Ministério Público não poderá recusar-se a dar início à ação penal, em razão da natureza indisponível do objeto da relação jurídica material.

Contudo, o órgão Ministerial estará vinculado ao seu convencimento sobre os fatos investigados, o que significa dizer que o Ministério Público analisará os fatos reunidos no Inquérito Policial e formará seu convencimento (*opinio delictis*) acerca da existência de indícios suficientes da prática de fato aparentemente criminoso – *fumus commissi delicti*, punibilidade concreta e justa causa, então, oferecerá a denúncia em face do investigado. Por esta razão, Pacelli pontua que, a ausência de discricionariedade na atuação do Ministério Público, no campo da ação penal pública incondicionada, se limita a decisão sobre a conveniência e a oportunidade da propositura da ação penal.

Segundo Aury Lopes Junior¹⁶, outra regra (ou princípio) que rege a ação penal pública, tanto a incondicionada como a condicionada, é o da indisponibilidade, segundo o qual o Ministério Público não poderá desistir da ação penal interposta durante o curso

¹⁴ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. – p. 147. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017, 121.

¹⁵ CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal** – 20. ed. de acordo com a Lei n. 12.736/2012 – São Paulo: Saraiva, 2013, p. 170.

¹⁶ LOPES JR, 2017,p. 186.

desta, o que, em nenhuma hipótese, configura óbice a possibilidade de que, findada a instrução processual o *parquet* pugne pela absolvição do réu. Neste sentido, o autor é enfático ao dizer que tal princípio não confere ao Ministério Público a posição de “parte imparcial”, pois, quando o Ministério Público pede a absolvição do réu, não o faz por “imparcialidade” e tampouco o faz no sentido de dispor da ação penal, mas o faz porque, na qualidade de agente público, sua atuação dentro do processo está obrigada à estrita observância dos princípios da objetividade, impessoalidade e, principalmente, legalidade.

Além da obrigatoriedade e indisponibilidade o autor ainda destaca outra regra (ou princípio) que incidirá sob a ação penal pública: a intranscendência, tal regra diz respeito ao fato de que, assim como a pena, a acusação exercida pelo Ministério Público não poderá ultrapassar a pessoa do autor do delito ou do partícipe da infração penal, estando portanto, sujeita aos limites impostos pelo Direito Penal.

Lado outro, no que tange a segunda espécie da ação penal pública, a saber, a ação penal pública condicionada, a iniciativa do Ministério Público em oferecer denúncia em face do investigado, dependerá da representação do ofendido, as hipóteses de ações penais condicionada serão àquelas previstas na lei.

Pontua Aury Lopes Junior que principal diferença entre a primeira e a segunda espécie de ação penal pública reside, principalmente, no fato de que enquanto àquela independe de representação do ofendido, esta está adstrita a exigência legal de que o ofendido faça a representação para que o Ministério Público possa oferecer a denúncia.

Sobre o tema, Hugo Nigro Mazzilli¹⁷ pontua que não se exige, para a representação do ofendido, que seja observado o rigorismo formal, de forma tal que, a simples menção de que o ofendido deseja que haja a tomada de providências pelas autoridades competentes, permitirá que o Ministério Público dê início a persecução penal.

Contudo, destaca-se que, embora a representação não seja revestida de grandes formalidades, algumas questões não poderão deixar de ser observadas, dentre elas a legitimidade para representar criminalmente em face do ofensor, que, nos termos

¹⁷ MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público** – 3. ed. rev., amp., atual. – São Paulo: Saraiva, 2000, p. 223.

do art. 24 do Código de Processo Penal pertencerá à pessoa do ofendido ou ao seu representante legal, no caso em que o ofendido for pessoa menor de idade, ou se por outra causa não for plenamente capaz, ainda, segundo o parágrafo primeiro do citado artigo, nos casos de morte do ofendido e quando este tenha sido declarado ausente por decisão judicial, o direitos de representação passará ao seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Sobre o tema Aury Lopes Jr pontua que, em que pese a relativização da forma de representação, existem alguns elementos básicos que deverão ser observados, a primeira delas diz respeito ao lugar onde a representação será feita, sendo possível que esta seja realizada pelo ofendido na esfera policial ou diretamente ao Ministério Público ou ainda ao Juiz; deverá ser observado também o prazo decadencial para que o ofendido possa exercer seu direito de representação, que, segundo prevê o art. 38 do Código de Processo Penal, decai no prazo de 06 (seis) meses, contado a partir da data em que o ofendido toma conhecimento de quem é o autor do crime; por fim, no que diz respeito a forma da representação, têm que esta será facultativa, não estando a vítima obrigada a representar, visto que deverá ser ato de livre manifestação da vontade, sendo assim passível de anulação caso o ofendido tenha sido coagido e/ou obrigado, alguma forma, a oferecer a representação; a representação poderá ainda ser oferecida de forma oral, caso em que será reduzida a termo pela autoridade competente, ou então poderá ser apresenta de forma escrita, caso em que deverá conter firma reconhecida.

Por fim, insta frisar que, em razão da característica de não obrigatoriedade da representação, o ofendido poderá, se retratar da representação, desde que o faça antes do oferecimento da denúncia, visto que, nos termos do art. 25 do Código de Processo Penal “A representação será irritável, depois de oferecida a denúncia”.

1.3.3 Ação penal privada

Ação penal privada “é aquela em que o Estado, titular exclusivo do direito de punir, transfere a legitimidade para a propositura da ação penal à vítima ou a seu

representante legal”¹⁸. Tal ação se fundamenta na intenção de que o chamado “escândalo do processo”, o *streptus iudicii*, não venha a acarretar para a pessoa do ofendido um constrangimento ou mal maior do que a impunidade do autor do fato, ante a não propositura da ação penal¹⁹.

Conforme prelecionada Eugênio Pacelli²⁰, a ação penal privada se diferencia da ação penal pública condicionada ao passo que, enquanto a segunda o Estado se mantém como autor da persecução penal, dependendo apenas de uma “autorização” do ofendido, na primeira o autor da ação é o próprio ofendido, titular do direito, atuando o Ministério Público apenas na qualidade de *custus legis*, zelando pela correta aplicação da lei penal.

Segundo o referido autor, a existência da ação penal privada se justifica em razão do objetivo de facilitar o caráter restaurativo do procedimento. Isto significa dizer que esta tem como objetivo a pacificação entre os envolvidos, motivo pelo qual, ao contrário da ação penal pública, a ação penal privada é passível de disponibilidade, pois a decisão de prosseguir ou não com a ação é do ofendido. Ainda lecionando sobre o tema, o autor aduz que:

“A única razão para que a permanência da ação penal privada parecer ser o controle – objetivo, e não discricionário – de propositura de ação penal o que permite, à vítima de determinados delitos ingressar no juízo criminal independentemente do juízo de valor que dele ou sobre ele fizer o Ministério Público. Em outras palavras, a ação penal privada existiria para reservar inteiramente ao seu respectivo titular – ofendido e/ou legitimados para o processo – não só o juízo de conveniência e oportunidade da ação, mas, sobretudo, para permitir que o ofendido (ou seu representante legal e os demais legitimados para a ação, em caso de morte ou ausência dele) manifeste livremente a sua convicção, *opinio delicti* – acerca da existência do crime e da suficiência da prova para a instauração da ação penal.”

Lecionando sobre a ação penal privada, o autor Fernando Capez²¹ ensina que, assim como ação penal pública, a ação penal privada será orientada por alguns princípios fundamentais, a saber: princípio da oportunidade ou conveniência segundo o qual,

¹⁸ CAPEZ, 2012, p. 181.

¹⁹ CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal** – 19. ed. de acordo com a Lei n. 12.403/2011 (prisão, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares) – São Paulo: Saraiva, 2013.

²⁰ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. – p. 147. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

²¹ CAPEZ, 2013, p. 183-184.

diferentemente do que acontece na ação penal pública, o autor detém a faculdade de propor ou não a ação penal; princípio da disponibilidade que, conforme já mencionado, permite que o autor da ação disponha dela até o trânsito em julgado da sentença condenatória, seja por meio da perempção ou do perdão, conforme disposição dos artigos 51 e 60 do Código de Processo Penal; princípio da indivisibilidade que veda a possibilidade de que o ofendido opte por propor a ação penal privada em face de apenas um ofensor, ou seja, se desejar propor a ação, deverá fazê-la em face de todos os ofensores, nos termos do art. 48 também do Código de Processo Penal; por fim, será, a exemplo da ação penal pública, regida pelo princípio da intranscendência segundo o qual a ação penal se estenderá apenas à pessoa dos ofensores e/ou partícipes.

A ação penal privada, a exemplo da ação penal pública, se subdivide em espécies distintas. Segundo Aury Lopes Junior, a ação penal privada poderá ser originária ou comum, não havendo qualquer especificidade, sendo ajuizada por meio de queixa, no prazo decadencial de 06 (seis) meses pelo ofendido ou seu representante legal; personalíssima, quando, além de privada, for restrita a apenas à iniciativa por parte da pessoa ofendida, não cabendo representação; ainda poderá ser ação penal privada subsidiária da pública, nos casos em que a pessoa do ofendido puder apresentar a chamada queixa substitutiva, em razão de sua legitimação extraordinária, estando tal espécie legalmente prevista no artigo 5º, inciso LIX da Constituição Federal e nos artigos 29 e 100, §3º do Código Penal.²²

Ainda segundo o supracitado autor serão 03 (três) as causas extintivas da punibilidade do ofensor, a primeira delas a renúncia do ofendido ao direito de queixa, antes do exercício deste direito, que poderá ser feita de forma expressa ou tácita, além da renúncia o perdão poderá ser causa de extinção da punibilidade, sendo neste caso ato bilateral, em que o ofendido, dentro do processo, oferece o perdão e o ofensor o aceita, ou não. Por fim, será também dar causa a extinção da punibilidade do ofensor a perempção, cujo rol de hipótese de configuração encontra-se no art. 60 do Código de Processo Penal, sendo esta uma penalidade processual imposta a autor negligente que deixa de impulsionar adequadamente o procedimento.

²² LOPES JR., 2017, p. 221- 222.

1.4 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL

Sobre a atuação processual civil, o Ministério Público atua de formas diversas, seja como autor em ação civil pública, como representante da parte de forma supletiva, nos casos em que se fizer necessária a representação ou ainda como interveniente em razão da natureza do objeto do processo, quando assumirá a posição de *custus legis*, fiscal da lei ou interveniente²³. Ainda segundo a lição de Hugo Nigro Mazzilli, a atuação do Ministério Público no processo civil sempre será em razão da defesa do interesse público, seja pela qualidade das partes ou ainda pela natureza da demanda judicial.

A intervenção ministerial em ações que versem sobre interesses objetivamente indisponíveis, terá como objetivo a fiscalização da disponibilidade, sem levada em consideração a natureza da demanda, independentemente da qualidade da pessoa do interessado ou titular do direito.

Já nas ações a respeito de direitos subjetivamente indisponíveis, o Ministério Público atuará no intuito de evitar para que estes sejam preteridos, situações nas quais a intervenção ministerial se justificará pela qualidade da parte, seja por se tratar de parte incapaz ou ainda porque a parte titular do direito é a própria coletividade.

No que concerne a ação civil pública, é função institucional do Ministério Público promover-la em casos que digam respeito a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesse difusos e coletivos, em razão da atribuição que lhe foi conferida no artigo 129, inciso III da Constituição Federal, casos em que atuará como substituto processual. Discorrendo sobre o tema, Teori Zavasck asseverou que:

O que se quer realçar é que, em todas as hipóteses de promoção de ação civil, seja na defesa do patrimônio público ou social, seja, ainda na defesa de interesse ou direitos difusos ou coletivo, e até no chamados “interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum” (Lei n.º 8,078/90, art. 81, parágrafo único, III), o Ministério Público estará sempre defendendo, não direito próprio e sim direito alheio. Direito, ou de toda a comunidade, ou de que sejam titulares pessoas indeterminadas, ou classes, categorias, grupos e pessoas individualmente consideradas. Trata-

²³ MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público** – 3. ed. rev., amp., atual. – São Paulo : Saraiva, 2000, p. 228.

se, portanto, de legitimação extraordinária, para a qual se exige habilitação legal específica, a teor do art. 6º do CPC. Quem defende em juízo, em nome próprio, direito de que não é titular, assume, no processo, a condição de substituto processual. Assim, o Ministério Público, autor da ação civil pública, é substituto processual.

Na lição de Hugo Nigro Mazzilli²⁴, alguns dos princípios que regem a atuação do Ministério Público também incidirão na atuação desde na esfera cível, dando especial destaque ao princípio da obrigatoriedade que, como visto, impõe que, havendo violação ao direito tutela, o Ministério Público deverá promover a ação competente, vedando a possibilidade de que o *parquet* decida de forma discricionária os casos em que irá interpor ou deixa de interpor a ação. Outro princípio que deverá ser observado pelo Ministério Público no deslinde da ação civil será o da indisponibilidade, segundo o qual não poderá haver desistência da ação.

1.5 HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A suspeição destina-se a rejeitar o juiz – ou membro do Ministério Público – do procedimento em que atua, quando lhe falte a imparcialidade ou ainda quando existam razões bastantes que justifiquem uma suspeita acerca da isenção deste em razão de interesses ou sentimentos pessoais²⁵, ou seja, “a suspeição cria um motivo para imediata cessação de toda interferência ou atuação daquela pessoa (juiz, promotor, perito, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça)²⁶. Tal exceção encontra-se disciplinada nos artigos 96 a 107 do Código de Processo Penal, constando nos artigos 252 ao 256 do mesmo diploma legal os motivos que enseja a suspeição, *in verbis*:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I – tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

²⁴ MAZZILI, 2000, p. 228

²⁵ CAPEZ, 2016, p. 495-496.

²⁶ LOPES JR., 2017, p. 316.

II – ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

III – tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

IV – ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Art. 253. Nos júzos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I – se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II – se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III – se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV – se tiver aconselhado qualquer das partes;

V – se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI – se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Art. 255. O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

Art. 256. A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

Nos termos do art. 104 do Código de Processo Penal²⁷ é possível ser proposta a exceção de suspeição também em face dos membros do Ministério Público, conforme disciplina o artigo 258 do CPP “Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral (...)”, se estendendo à eles as previsões contidas nos citados artigos 252 a 256 do CPP. Havendo a suspeita de que existam umas das causas de suspeição do membro do Ministério Público, esta deverá ser apresentada junto ao juiz do qual o promotor atue, que deverá ouvi-lo, colher as

²⁷ Art. 104. Se for arguida a suspeição do órgão do Ministério Público, o juiz, depois de ouvi-lo, decidirá, sem recurso, podendo antes admitir a produção de provas no prazo de três dias.

provas requeridas e julgar no prazo de três dias. Ao final, sendo julgada procedente exceção de suspeição o promotor deverá ser imediatamente substituído, conforme é lição de Capez²⁸ que, ainda sobre este tema pontua que:

No tocante aos membros do Ministério Público, de acordo com o teor da Súmula 234 do STJ: “A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia”. Os membros do Ministério Público também estão sujeitos aos mesmos impedimentos e suspeições dos magistrados, e não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes forem seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau (CPP, art. 258).

Assim, verifica-se que a quebra de imparcialidade, seja do juiz ou do membro do Ministério Público, guarda estreita relação com as hipóteses de suspeição, razão pela qual configurada algumas das hipóteses de suspeição, que coloquem em dúvida a imparcialidade destes, deverão ser imediatamente afastados do procedimento. Logo, entende-se que as hipóteses de suspeição nada mais são do que meios juridicamente criados, para contenção das quebras de imparcialidade de um modo objetivo.

Quanto aos impedimentos dos membros do Ministério Público, aplicam-se as mesmas prescrições relativas a suspeição e impedimentos do juízes, razão pela qual, havendo qualquer tipo de impedimento o membro do Ministério Público deverá se afastar de forma espontânea do processo, declinando nos autos o motivo, não sendo reconhecido o impedimento *sponde própria*, caberá a parte arguir a já comentada exceção de suspeição²⁹.

²⁸ CAPEZ, 2017, p. 505.

²⁹ Ibid., p. 506.

2 A IMPARCIALIDADE

2.1 IMPARCIALIDADE SUBJETIVA

A imparcialidade é comumente associada ao desinteresse subjetivo do agente no resultado da causa, seja nos casos em que exerça a função judicante ou a função ministerial, sendo classificada como imparcialidade subjetiva, que assenta a sua análise sobre o universo intrapsíquico e anêmico do agente.

O termo imparcialidade está intimamente ligado à isenção de ânimo para o julgamento, o afastamento do sujeito em relação aos interesses materiais em disputa: imparcialidade, portanto, é alheação, indiferença à vitória de um ou outro. A imparcialidade exigida de certas figuras processuais reclama uma ausência de comprometimento senão por razões estritamente decorrentes das previsões do ordenamento. Imparcialidade significa que aquilo que motiva o sujeito do processo é a correção de seu proceder, para que a solução justa/legal seja aquela pronunciada. Neste sentido, imparcialidade é sinônimo de neutralidade, que impõe um "mandado de distanciamento" (*Distanzgebot*) para certas figuras, como o magistrado. Trata-se de um estado de espírito pertinente à convicção de uma pessoa específica: o juiz, o membro do MP, o perito, o jurado, etc. Transitamos na esfera psíquica do ser humano que personifica o Estado (Estado-juiz, Estado-acusação, etc.). A imparcialidade reflete, portanto, uma virtude. É subjetiva, tendo relação direta com uma análise do psiquismo dos sujeitos processuais que têm dever de manter este peculiar estado anímico, sob pena de viciar a relação processual com a falta de um pressuposto processual de validade, que pode gerar a nulidade dos atos praticados. Tanto existe esta referência pessoal no âmbito da imparcialidade que as hipóteses de impedimento e suspeição de determinados sujeitos processuais recaem sobre o indivíduo, sobre o agente público e não sobre o órgão público.

Segundo Eduardo José da Fonseca³⁰, o tema da imparcialidade deve ser estudado de forma interdisciplinar, uma vez que a imparcialidade é um dado da realidade psíquica do agente, assim a ciência adequada para analisar se uma determinada conduta é ou não imparcial não seria a ciência jurídica, “se o que se quer é medir os desígnios intrapsíquicos do juiz, qualquer controle efetivamente jurídico é fadado ao fracasso” (CREVELIN e COSTA, p. 185), seria nesta afirmação reside a complexidade da imparcialidade subjetiva, pois não pode ser controlada juridicamente.

³⁰ COSTA, Eduardo José da Fonseca. Levando a imparcialidade a sério: proposta de modelo interseccional entre direito, economia e psicologia. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

Ainda tecendo sobre a imparcialidade subjetiva do juiz – sendo que tais considerações podem também de estender ao membro do Ministério Público –, os juristas José Eduardo da Fonseca Costa e Diego Crevelin de Sousa ³¹ apontam as formas pelas quais as quebras de imparcialidade se dão, sob o aspecto da psique do agente:

(...) as quebras de imparcialidade podem ser: (i) *conscientemente declaradas* – o juiz manifesta expressamente que auxilia/prejudica uma das partes; (ii) *conscientemente não declaradas*: o juiz auxilia/prejudica uma das partes sem dizê-lo expressamente; ou (iii) *inconscientes* – o juiz auxilia/prejudica uma das partes sem se dar conta disso.

Ainda segundo os comentários dos supracitados juristas na primeira situação, de quebra de imparcialidade conscientemente declarada, a manifestação do agente é suficiente para fins de caracterização da parcialidade do agente, sendo dispensada a análise de qualquer outro elemento, citando a lição de Aury Lopes Jr acerca da aparência de imparcialidade, que se perde quando o agente declara que conferiu tratamento diferenciado à parte. Para a compreensão do tema, cita-se a obra de Lopes Jr³²:

A imparcialidade do juiz fica evidentemente comprometida quando estamos diante de um juiz que dá inequívocos sinais de que já decidiu a causa. Grave inconveniente reside em tais julgamentos a priori – no sentido kantiano, de antes da experiência – na medida em que a decisão é tomada de forma precipitada, antes da plena cognição do feito, fulminando a própria dialética do processo e seu necessário contraditório. Segundo o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, principal fonte de inspiração da Corte Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, a contaminação resultante dos “pré-juízos” conduz à falta de imparcialidade subjetiva ou objetiva. Desde o caso Piersack, de 1982, entende-se que a subjetiva alude à convicção pessoal do juiz concreto, que conhece um determinado assunto e, desse modo, a sua falta de “pré-juízos”. Já a imparcialidade objetiva diz respeito a se tal juiz encontra-se em uma situação dotada de garantias bastantes para dissipar qualquer dúvida razoável acerca de sua imparcialidade. Em ambos os casos, a parcialidade cria a desconfiança e a incerteza na comunidade e nas suas instituições. Não basta estar subjetivamente protegido; é importante que se encontre em uma situação jurídica objetivamente imparcial (é a visibilidade do afastamento). Aqui encontramos o ponto nevrálgico da questão: o juiz deve demonstrar equilíbrio e igualdade no tratamento das partes. Deve, essencialmente, externar que está disposto a conhecer as teses apresentadas e as provas trazidas, controlando e reservando a tomada de decisão para o momento oportuno (a sentença). É o que o Tribunal Europeu de Direitos Humanos destaca como sendo a fundada preocupação

³¹ RIBEIRO, L. A Sérgio; FILHO, P. C. G. Roberto; PANTALEÃO, C. P. C. Izabel; GOUVEIA, G. Lucio. de (coord.). **Novo Código de Processo Civil Comentado**: Tomo I – arts. 1º a 317. São Paulo: Lualri Editora, 2017, p. 185-186.

³² LOPES JUNIOR, 2017, p. 324-327.

com a aparência de imparcialidade que o julgador deve transmitir para os submetidos à Administração da Justiça.

Na segunda hipótese, em que a atuação do agente é intuito de ajudar ou prejudicar a parte, contudo não é feita de forma declarada, Sousa e Costa³³ pontuam que a sugestão doutrinária para coibir tal modalidade da quebra de imparcialidade é exigir que se haja vinculação de todos os atos dos sujeitos do processo ao contraditório e, em especial no exercício da atividade judicante, que haja fundamentação dos atos judiciais, contudo, pontua o jurista que tal pensamento revela-se como uma enorme ingenuidade, porquanto o agente poderia valer-se de articulações para que bloqueasse as suas verdadeira razões.

Por fim, discorrendo quanto a terceira hipótese de quebra da imparcialidade de forma inconsciente, destacam os juristas que, como esta se opera no plano cognitivo do agente, dificilmente se perceberá uma eventual parcialidade deste, portando a análise da imparcialidade em tal hipótese se opera de forma meramente especulativa.

2.2 IMPARCIALIDADE OBJETIVA

A seu turno, a imparcialidade objetiva pode ser compreendida como a exigência de o Juiz e o representante do Ministério Público exerçam apenas funções que são próprias, sem que as exerça de forma enviesado (imparcialidade cognitiva que será tratada no tópico subsequente).

Destaca-se que, o estudo da imparcialidade objetiva é precedido da análise da imparcialidade, no que diz respeito a atuação do juiz, sendo que esta “consiste no dever do juiz exercer apenas das funções que lhe são próprias, as funções judicantes. O juiz é parcial quando, extrapolando as funções judicantes, lança-se no exercício de funções próprias da parte”³⁴.

Sobre o tema, destaca-se que a imparcialidade objetiva não se limita à imparcialidade, sendo necessário que agente que tem o dever de se portar de maneira imparcial, exerça suas funções sem que seja afetado por distorções cognitivas, contudo,

³³ RIBEIRO; FILHO; PANTALEÃO; GOUVEIA (coord.). **Novo Código de Processo Civil Comentado:** Tomo I – arts. 1º a 317. São Paulo: Lualri Editora, 2017, p. 186.

³⁴ RIBEIRO; FILHO; PANTALEÃO; GOUVEIA (coord.), 2017, p.196.

conforme já pontuado, uma vez que as questões cognitivas extrapolam o campo da discussão jurídica, o que se impõe é um controle anterior à prática do ato pelo sujeito processual, a partir de critério objetivos, para assim prevenir que o agente haja de forma parcial, com base na objetividade institucional deste. Assim, “como se vê, todo o controle da imparcialidade deve ser feito de forma objetiva. Ou seja, jamais deve se investigar se a causa da imparcialidade efetivamente abalou o equilíbrio anímico do juiz (...)”³⁵.

Segundo os comentários contidos na obra *Novo Código de Processo Civil Comentado*³⁶, a imparcialidade é regra e não princípio, sendo inconcebível a existência de um devido processo legal sem que se preserve a imparcialidade dos representantes do poder estatal, seja para julgar, como no caso do juiz, seja para produzir as provas que comprovem os indícios de materialidade e autoria nos quais se baseou o representante do Ministério Público para o oferecimento da denúncia em face do réu.

Para fins de análise da imparcialidade objetiva do Ministério Público lança-se das hipóteses que o direito define como casos de suspeição e impedimento de seu membro³⁷, que são o meio juridicamente criado e positivado no ordenamento jurídico, visando a prevenção de eventuais quebras da imparcialidade seja do juiz, seja do membro do Ministério Público, pois, ainda que não seja possível, juridicamente, controlar a psique daqueles que exercem função judicante ou probatória, é possível, impor limites legais que visem a preservação da imparcialidade objetiva destes.

Outra importante questão para a compreensão da imparcialidade objetiva é a distribuição das funções de cada ator processual é justamente para que se preserve a imparcialidade do sujeito. Sobre o tema Sousa e Costa³⁸ pontuam que:

O processo deve apresentar um quadro de repartição funcional equilibrado, estabelecendo do modo mais claro e rígido possível as funções de cada sujeito processual, notadamente das partes e do juiz. O que definirá qual função deve ser das partes é o interesse em determinado resultado do processo e como esta função pode conduzir a ele.

³⁵ RIBEIRO; FILHO; PANTALEÃO; GOUVEIA (coord.), p. 187.

³⁶ *Ibid.*, p. 188.

³⁷ *Vide tópico 1.5 do presente trabalho.*

³⁸ *Ibid.*, p. 186.

Ademais, a atuação do Ministério Público está sujeita a estrita observância do princípio da legalidade, segundo o qual, (...). Assim, o membro do Ministério Público além pautar sua atuação na observância ao dever da imparcialidade objetiva, também deverá atuar de forma compatível com o princípio da legalidade.

3 DISCUSSÃO DOUTRINÁRIA ACERCA DA IMPARCIALIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Lecionando sobre a imparcialidade do Ministério Público, Eugênio Pacelli³⁹ aduz que embora sejam costumadas as alegações de que o *parquet* é em essência órgão de acusação e, por isso, teve atuar nos processos penais orientado por tal finalidade, contudo discorda de tal linha de pensamento. Nesse sentido, aduz em seu livro “Curso de Processo Penal” que:

Em primeiro lugar, é certo que uma atuação exclusivamente acusatória milita em favor de uma mais completa abrangência da questão penal, permitindo que a tese acusatória se ponha em igualdade de condições, para fins de argumentação e de prova, com a tese defensiva. É verdade.

Ocorre, todavia, que a nossa ordem constitucional não parece tão preocupada assim com a aludida igualdade. Ao contrário, talvez por reconhecer a realidade desigual entre os órgãos estatais e o acusado, em todo e qualquer processo, optou por enfatizar o princípio da ampla defesa e não o da ampla acusação. De outro modo: o processo penal se realiza pela ampla defesa, não havendo previsão equivalente para a efetivação dos interesses acusatórios. Não há, repita-se, ampla acusação.

Em segundo lugar, não se pode também querer afirmar a posição essencialmente acusatória do Ministério Público pelo só fato de se encontrar, no dia a dia dos processos judiciais, atuações pautadas nessa perspectiva. É dizer: não é porque a coisa é assim que deve continuar a sê-lo. Uma coisa é o que é; outra, o que deve ser. O espaço do Direito é o da segunda afirmação (o dever ser).

Rejeitamos, assim, e inteiramente, pretensões tendentes à parcialização da atuação ministerial. Nem a efetiva preocupação com uma verossimilhança (verdade processual) mais consistente justifica a perda de imparcialidade de um órgão público associado à persecução penal.

De outro lado, a obrigatoriedade, como já visto, diz respeito à vinculação do órgão do Ministério Público ao seu convencimento (*opinio delicti*) acerca dos fatos investigados, ou seja, significa apenas ausência de discricionariedade quanto à conveniência ou oportunidade da propositura da ação penal, se presentes o fato (materialidade) criminoso (sua qualificação jurídica) e a autoria.

Portanto, a imparcialidade deverá permear toda a atividade do Ministério Público, em todas as fases da persecução penal, incluindo a fase pré-processual, reservada às investigações. [...].

Como se vê, para o referido autor, a imparcialidade deverá se fazer presente em toda

³⁹ PACELLI, 2013, p. 190.

a atuação do Ministério Público e todas as fases da persecução penal, considerando o “deve ser” imposto pelo direito positivo.

Sobre o tratamento conferido aos casos em que a imparcialidade do Ministério Público é violada, Pacelli posiciona-se no sentido de dizer que estes casos não recebem a mesma atenção que é dispensada aos casos de violação da imparcialidade do Juiz. Vejamos:

Ao que se vê, então, a violação da imparcialidade do membro do Ministério Público não mereceu a mesma atenção daquela dedicada ao órgão da jurisdição, certamente porque, ao fim e ao cabo, a decisão final é sempre de responsabilidade deste último. Para o Código de Processo Penal, o maior ou menor empenho do parquet (a depender do grau de suspeição e/ou impedimento) poderá ser corrigido pela atuação imparcial do julgador, que, como se sabe, é livre na formação de seu convencimento.

Também discorrendo sobre a imparcialidade do Ministério Público, Guilherme de Souza Nucci⁴⁰, leciona que:

De fato, está cada vez mais difícil sustentar a imparcialidade do Ministério Público no processo penal. Ainda que em muitas situações haja a utilização desse discurso no processo, especialmente no Tribunal do Júri, quando as partes se dirigem a juízes leigos, não é irrazoável destacar que, pelas regras processuais penais, o Ministério Público pode, na realidade, pedir não somente a absolvição do réu como outros benefícios que julgue cabíveis, o que, efetivamente, a defesa não pode, em sentido contrário, propor. Vincula-se esta à defesa parcial do réu, ainda que seja culpado – e não há dúvida disso. Por tal motivo, não se torna, por ora, inadequada a denominação feita ao membro do Ministério Público como parte imparcial. Nas ações penais privadas, o Ministério Público atua como fiscal da lei, sendo considerado, de qualquer modo, parte, pois continua a encarnar a pretensão punitiva do Estado – lembremos que o monopólio de aplicação da lei penal é sempre estatal e nunca é transferido ao particular. Tanto isso é certo que, procedente a ação penal privada, o órgão principal encarregado de provocar a execução da sanção penal aplicada é o Ministério Público e não o particular. Assim, quando o ofendido promove a ação penal, porque a lei lhe conferiu essa iniciativa, age como substituto processual do Estado, no sentido formal, mas, materialmente, quem acompanha a ação, para zelar pela pretensão punitiva, é o Ministério Público. Na excepcional situação de ação pública movida pelo ofendido – ação penal privada subsidiária da pública –, o querelante atua como substituto processual do Estado, havendo, do mesmo modo, a

⁴⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

participação do Ministério Público, único órgão verdadeiramente legitimado a representar o Estado na sua função punitiva.

Argumenta o referido autor que é plenamente possível que o Ministério Público seja considerado para imparcial, pois, se tivesse como única função dentro do procedimento penal e de acusar o réu, não seria cabível a exceção de impedimento ou suspeição contra membro do Ministério Público, tal exceção não é possível em face à defesa, pois, esta sim, pela sua própria natureza, é parte parcial. “Exige-se, portanto, uma acusação imparcial, ainda que, processualmente, possa o representante do Ministério Público atuar em nome dos interesses da sociedade”.⁴¹

Em sentido contrário ao posicionamento dos autores acima citados, é o posicionamento de Gustavo Badaró que aduz que a concepção do Ministério Público como parte imparcial é incompatível com o processo penal acusatório.

O modelo acusatório exige um processo no qual haja uma dualidade de partes, em igualdade de condições, mas com interesse distintos. Definido o sistema, os sujeitos que neles atuam devem ter a sua função determinada coerentemente com os ditames do modelo processual escolhido. Num processo penal verdadeiramente acusatório, é necessário rever a posição do Ministério Público como parte imparcial.

[...]

Conceber o Ministério Público como parte imparcial significa inviabilizar a dialética de partes ou, ao menos, tornar a contraposição entre tese e antítese algo artificial ou meramente formal. No processo acusatório em que se acentua a relação dialética entre as partes, o Ministério Público deve ser uma parte verdadeira, isto é, uma parte parcial.

A comparação do processo do acusatório com o inquisitório demonstra, inegavelmente, que há maior probabilidade de uma decisão justa quando a prova se forma na dialética processual, em vez da solitária pesquisa do órgão instrutor, seja ele o juiz ou o Ministério Público. Um saber depurado pelo contraditório oferece garantias maiores do que um saber buscado unilateralmente. Embora possa parecer que os amplos poderes do juiz no sistema inquisitório sejam mais eficazes na busca da verdade, tal método leva apenas à confirmação de uma hipótese já previamente escolhida pelo inquisidor, que, comprometido com a acusação por ele mesmo formulada, apenas denominada “verdade” algo que já era, por motivos ideológicos, anteriormente determinado. [...].⁴²

⁴¹ NUCCI, 2017, p.193.

⁴² BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal** – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 217-218.

Em síntese, argumenta o autor que, se o Ministério Público não tivesse interesse pessoal e antagônico ao do acusado, não teria sentido afirmar que ele tem o ônus da prova, pois este é decorrência do próprio interesse. Parte desinteressada não deveria ter ônus algum. Assim, ontologicamente, é o Ministério Público parte parcial.

Contudo, como visto nos capítulos anteriores do presente trabalho, o Ministério Público é órgão de representação/tutela do direito objetivo do Estado, “quando falamos em direito objetivo, falamos sobre um sistema normativo subsistente por si próprio, cuja estrutura e cujo conteúdo independem das convicções pessoais e das circunstâncias individuais dos destinatários”.

Embora haja divergência doutrinária, o presente trabalho se alia a corrente doutrinária daqueles que defendem o Ministério Público como Instituição de atuação imparcial, não somente nos procedimentos em que atua na qualidade de *custos legis*, ou seja, fiscal da lei, como também naqueles em que atua como parte que aciona o Poder Judiciário e impulsiona o procedimento, isto porque, em sua essência, não atua na defesa de direitos subjetivos mas sim em prol do direito objetivo do Estado que impõe aos indivíduos um comportamento consentâneo com a ordem social.

Lecionando sobre a imparcialidade do Ministério Público, Eugênio Pacelli⁴³, traça uma distinção entre a concepção do Ministério Público como um órgão essencialmente acusador e a concepção deste como um órgão legitimado para à acusação. Vejamos:

Ao contrário de certos posicionamentos que se encontram na prática judiciária, o Ministério Público não é órgão de acusação, mas órgão legitimado para à acusação, nas ações penais públicas. A distinção é significativa: não é por ser titular da ação penal pública, nem por estar a ela obrigado [...], que o ‘parquet’ deve necessariamente oferecer denúncia, nem, estando esta já oferecida, pugnar pela condenação do réu em quaisquer circunstâncias. Enquanto órgão do Estado e integrante do Poder Público, ele tem como relevante missão constitucional a defesa não dos interesses acusatórios, mas da ordem jurídica, o que o coloca em posição de absoluta imparcialidade da e na jurisdição penal.

Como um dos fatos válidos à argumentação em prol da atuação imparcial do Ministério Público nos processo em que atua como parte, pode-se lançar mão do fato de que, o

⁴³ OLIVEIRA, 2012, p. 452.

Ministério Público recebeu da Constituição Federal de 1988, como uma de suas funções, a defesa da ordem jurídica, determinada pelo art. 127 da Carta Magna.

Assim, tendo especial interesse na defesa da chamada ordem jurídica que, como preleciona Marcelo Pedroso Goulart⁴⁴, é um sistema normativo que procede da Constituição Federal e que coloca seus destinatários e operadores como instrumento de implementação da ordem social projetada e ainda não concretizada, o Ministério Público deve atuar com objetivo de que todas as garantias constitucionalmente previstas sejam efetivadas, dentre os princípios do contraditório, da ampla defesa e principal a presunção de inocência até que haja sentença penal condenatória transitada em julgado. Vejamos o que diz Goulart em sua obra “Elementos para uma teoria geral do Ministério Público”:

Garantir acesso à ordem jurídica significa cumprir o objetivo estratégico da República brasileira no âmbito do sistema de Administração da Justiça, ou seja, assegurar a efetividade do amplo catálogo dos direitos fundamentais recepcionados na Constituição para que dê concretude, também por essa via, ao projeto de democracia econômica e social nela estabelecido.

No espaço do sistema de Administração da Justiça, cumpre ao Ministério Público defender os interesses estratégicos da sociedade brasileira.⁴⁵

Sendo incumbência do Ministério Público a defesa da ordem jurídica (Art. 127, CF), ainda que atuando como parte autora no processo penal, deverá zelar para que o réu, durante a persecução penal, tenha todos os seus direitos assegurados, pois, a sua legitimação para a acusação não o desvincula do dever de, na qualidade de defensor da ordem jurídica, garantir que as garantias fundamentais de que goza o réu sejam levadas a efeito e concretizadas no caso específico.

Assim, tomar o Ministério Público por parte parcial no processo, que se porta apenas no papel de acusador, independentemente da realidade dos fatos e da forma como a marcha processual é guiada, se releva postura diametralmente incompatível com os fins para os quais a Instituição foi criada e as atribuições que lhe foram conferidas pelo Constituinte originário.

⁴⁴ GOULART, 2012, p. 109-110.

⁴⁵ Ibid., p. 110.

Em artigo publicado on-line em março do corrente ano, o renomado Jurista e Juiz Federal, Dr. Eduardo José da Fonseca, afirma que, podem surgir dúvidas quanto a uma eventual função do Ministério Público de “Defensor do Povo” ou “Provedor de Justiça”, dada a atribuição que lhe é conferida pela Constituição Federal em seu art. 129, inc. II, que apresenta como uma das funções institucionais do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” (Brasil, 1988), citando, em sentido contraposto a esta interpretação da disposição legal, a importante lição de José Afonso da Silva:

É relevante essa atribuição do Ministério Público (Art. 129, II, CF). Por isso há quem queira ver nele um defensor do povo. Ao contrário dos doutrinadores, geralmente membros da Instituição, a função de defensor do povo não é compatível com a função do Ministério Público. Não se podem misturar num órgão funções tão díspares. Alguma coisa acabará ficando sacrificada, dando-se relevo aquelas atribuições que tenham mais visibilidade nos meios de comunicação. Isso até já tem ocorrido. O Ministério Público combateu severamente a institucionalização da defensoria do povo que se vinha propondo no processo de elaboração constitucional. A função de defensor do povo ou de provedor de justiça não é compatível com estruturas burocráticas, nem com investiduras vitalícias, porque deve ser desempenhada por órgão de confiança da representação popular com investidura a tempo certo. É claro que, na falta de um órgão específico, há de se reconhecer a importância da função que aqui se atribui ao Ministério Público [...].⁴⁶

Ainda sobre a necessidade de uma atuação imparcial da instituição Ministério Público, José Afonso da Silva, aduz que a legitimidade do Ministério Público para propor a Ação Penal Pública não tem o condão de o transformar em um acusador de ofício, do contrário, sustenta o autor que a imparcialidade do MP deverá conduzi-lo a manifestações de promoção de arquivamento de inquéritos policiais e até mesmo postular em juízo a absolvição do réu quando, dos elementos que compõem o inquérito policial ou findada a instrução, seu convencimento se formar pela inocência do indiciado ou réu.

⁴⁶ DA SILVA, José Afonso. **Comentário textual à Constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O juiz e o MP tem que ser imparciais. O fato de ter duas agencias com dever de ser imparcial não significa dizer que elas tem as mesmas funções, pois juiz e MP exercem funções diferentes dentro do procedimento.

O MP produz provas e o Juiz valora as provas. Produzir provas pode da fato comprometer a imparcialidade do sujeito, então é melhor que esse risco recai sobre o Ministério Público que é parte do que sobre o Juiz, que não é parte, ainda que ambos tenham que ser imparciais, é difícil que aquele que produz provas preserve sua imparcialidade, embora ele tenha o dever de tentar preservá-la. De toda forma, considerando que quem produz prova tende a quebra sua imparcialidade é melhor que essa tendência recai sobre quem não julga, que é o MP, do que de quem julga, que é o Juiz, pois embora ambos tenham que ser imparciais, eu atribuo a eles funções diferentes e ao atribuir eles funções diferente eu justifico que elas recaiam sobre instituições diferentes, ainda que o modo de exercer suas funções tenham um ponto comum, ou seja, tanto juiz como promotor, no exercício de suas funções, que são diferentes, tem a obrigação exerce-la de forma imparcial. Embora não seja fácil na prática, tal exigência é perfeitamente explicável tal exigência. O juiz, no exercício das funções judicantes tem o dever de ser imparcial, assim como o Promotor no exercício das funções do Ministério Público tem o dever agir de forma imparcial. Eles tem o dever de exercer o esforço contra parcial, ou seja, tem o dever de agir de maneira imparcial. Não faz sentido dizer que o Promotor, em razão das suas funções, não possa ser imparcial, embora se admita que há uma grande dificuldade de que essa imparcialidade exista na prática, contudo, deontologicamente, é plenamente possível que se exija dele uma postura imparcial e estipular normas que punam a quebra de imparcialidade.

Dizer que aquele produz provas é incapaz de ser imparcial, classificando a imparcialidade do Ministério Público como uma espécie de mito, não é uma discussão que se opera no campo da dogmática, sendo pois discussão que se dá no plano da psicologia cognitiva, onde se discute a imparcialidade no campo subjetivo e, como dito, a imparcialidade no aspecto subjetivo é útil como um fundamento, um ideal a ser perseguido, não sendo possível de ser juridicamente compreendido, por quanto a compreensão dos aspectos intrapsíquicos do agente não são objetos de discussão

jurídica e, exatamente por essa razão o presente trabalho se baseia no aspecto objetivo da imparcialidade.

Considerando que a figura do Ministério Público surge com o objetivo de separar os poderes daquele que acusa e produz e as provas daquele que julga, dizer que não se pode exigir que esse seja imparcial seria o mesmo que considerar a atuação do Ministério Público livre de quaisquer limites legais, o que significaria um verdadeiro retrocesso ao período inquisitorial, há muito superado, aonde não há limites para a acusação e aquele que se vê acusado detém de pouquíssimos senão nenhum recurso para que possa se defender da acusação que recai sobre si, o que não é um modelo compatível com aquele instituído através da Constituição Federal de 1988. Sobre o tema o jurista Aury Lopes Jr⁴⁷ leciona que:

Não há mais espaço, compreendida a complexidade do processo penal, voltamos a repetir, para alguém se esconda atrás de categorias estéreis e de arqueologia histórica, desconectando institutos dentro do processo, compartimentalizando-os. A concepção de sistema acusatório está íntima e indissolivelmente relacionada, na atualidade, à eficácia do contraditório e, principalmente, da imparcialidade (princípio supremo do processo penal, recordemos).

Considerando a exigência uma imparcialidade objetiva da atuação do membro do Ministério Público que, como exposto, deve atuar na estrita observância de suas funções Constitucionalmente atribuídas, o que na prática isso significa dizer que o Ministério Público, no exercício da persecução penal, não deve buscar simplesmente uma condenação, tendo o dever de buscar provas que justifiquem uma eventual condenação do acusado, ou ainda a sua absolvição, através de um processo no qual o acusado tenha garantido efetivamente seus direitos ao contraditório e a ampla defesa, em paridade de armas, na qualidade de tutor dos direitos individuais e coletivos indisponíveis.

A compreender o papel do Ministério Público como parte imparcial, partindo da compreensão do que a ação penal, não é apenas um procedimento que tenha como

⁴⁷ LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica** – 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 163.

objetivo a condenação do réu, mas um procedimento que tenha o objetivo de que, após o exercício do contraditório e da ampla defesa, chegue-se a conclusão se este é ou não passível de condenação pela prática de infração penal que lhe é atribuída. Porquanto o papel do Ministério Público não é perseguir uma condenação, mas sim perseguir a adequada tutela do direito, o que implica tanto na condenação de culpados quanto na absolvição de inocentes.

Por fim, conclui-se que, o Ministério Público de forma atuando de forma parcial, sem que se preservem os direitos e garantias da parte, é completamente incompatível com a ordem Jurídica imposta com a promulgação da Constituição Federal de 1988, razão pela qual, ainda que pareça difícil, o membro do Ministério Público deverá cuidar para que sua atuação seja sempre imparcial, exercendo assim as funções que lhe foram atribuídas.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal** – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 4^a ed. Coimbra: Almedina, 2000.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal** – 20. ed. de acordo com a Lei n. 12.736/2012 – São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. **O fundamento do Ministério Público**. Empório do Direito. - mar/2019. Disponível em: < <https://emporiiododireito.com.br/leitura/4-o-fundamento-do-ministerio-publico> > Acesso em: 12 set. 2019.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. **Levando a imparcialidade a sério**: proposta de modelo interseccional entre direito, economia e psicologia. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2016.

GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público** – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal** – 14. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público** – 3. ed. rev., amp., atual. – São Paulo : Saraiva, 2000.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Princípio institucionais do Ministério Público**. – jan. 2013. Disponível em: < <http://www.mazzilli.com.br/pages/artigos/princinst.pdf> >. Acesso em 17 out. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. – 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. – 21. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO; FILHO; PANTALEÃO; GOUVEIA (coord.). **Novo Código de Processo Civil Comentado**: Tomo I – arts. 1º a 317. São Paulo: Lualri Editora, 2017.